
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º 19/2024

22 de novembro de 2024

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

| | |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| Início da reunião: 09h39m | Término da reunião: 10h58m |
|----------------------------------|-----------------------------------|

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Casimira Pereira Alves e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Verificou-se a ausência do senhor Vereador João Pedro Costa Arraiolos por motivos profissionais. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 6 de novembro de 2024 - N.º 18/2024 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **02: Ratificação - Ampliação da EB1 Professor Abel Avelino – Ratificação da Aprovação de Projeto.** -----

--- **03: Deliberação – Proposta de aprovação da versão final do “Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos Ação Social Escolar para alunos que frequentem as escolas da rede pública do Concelho de Alpiarça”.** -----

--- **04: Ratificação – Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes - Proposta de Ratificação da Autorização da Prorrogação do Prazo Fixado para Apresentação das Propostas.** -----

--- **05: Ratificação – Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril, e Rua Queiroz Vaz Guedes - Ratificação - Aprovação de Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento.** -----

--- **06: Deliberação – Proposta de Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025.** -----

--- **07: Deliberação – Proposta de movimentação de contas tituladas pela Autarquia junto de diversas Instituições Bancárias.** -----

--- **08: Deliberação – Proposta de Autorização para Cancelamento/Extinção do Ónus constante da Certidão de Registo Predial - Lote 61 e 62 Zona Industrial.** -----

--- **09: Deliberação – Proposta de Aprovação da Constituição e Participação do Município de Alpiarça na Associação de Municípios Portugueses do Cavalo e Aprovação dos Respetivos Estatutos.** -----

--- **10: Deliberação – Proposta de Aprovação da Coordenadora Técnica - Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G.** -----



--- **11: Deliberação – Proposta de Aprovação do Plano de Ação - Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G.** -----

--- **12: Deliberação – Proposta de Taxa de Derrama ano de 2025.** -----

--- **13: Deliberação – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem ano de 2025.** -----

--- **14: Deliberação – Proposta de Percentagem da Participação Variável no IRS ano de 2025.** -----

--- **15: Deliberação – Proposta de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2024 a liquidar em 2025 - D.L nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a redação atualizada.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e trinta e nove minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e quatro, com um total de disponibilidades de 4.401.776,51 euros (quatro milhões, quatrocentos e um mil, setecentos e setenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, referindo que este mês perderam um funcionário com muitos anos de trabalho, uma pessoa querida e respeitada, em seu nome e em nome do Executivo Municipal deu as condolências à família do Sr. João Alcaide, estendeu também as suas condolências pessoais e institucionais à família do Sr. Armindo Batata, que também foi eleito na Assembleia Municipal e desempenhou funções públicas em representação da população. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que iria associar-se às palavras da senhora Presidente, no sentido de apresentar também as condolências à família do Sr. João Alcaide, bem como à família do Sr. Armindo Batata. Questionou ainda, a qualidade e quantidade da comida na cantina das escolas e se já tomou algumas providências quanto à confeção da comida, porque se tomou não estão a resultar, uma vez que na passada terça-feira foi servida massa crua aos alunos. -----

--- A senhora Vereadora Casimira Alves tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que um visitante foi visitar a Casa Museu dos Patudos e não entrou na sala Império, esta sala foi recuperada há bem pouco tempo e reabriu ao público com a coleção de Leques, em 2021, e neste momento não é visitada e, portanto, questionou se estavam a fazer alguma limpeza às peças da coleção. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que iria associar-se às palavras da senhora Presidente e da senhora Vereadora Fernanda Cardigo, no sentido de apresentar também as condolências à família do Sr. João Alcaide, bem como à família do Sr.



Armindo Batata. Frisou que no mês de setembro, se tinham iniciado alguns trabalhos de manutenção dos edifícios, nomeadamente a limpeza dos algerozes e tem verificado que existem trabalhos a decorrer, mas relativamente a esta situação não sabia se efetivamente foi realizado. Questionou ainda, qual foi o destino das azeitonas do olival do Legado de José Relvas. E por último, referiu que na última reunião de Câmara não voltaria a falar sobre este assunto, no entanto, parece que existe intenção de protelar esta situação. Saliu que deixasse de haver notícias relacionadas com a questão do e-mail e das respostas automáticas. Informou que tomou esta atitude e comunicou a quem de direito, mas não obteve resposta, pois quem respondeu foi uma entidade externa, responsável pela proteção de dados. Referiu que a resposta convinha ser cuidada e verificada em todas as situações. Frisou que enviou um e-mail, para todos os elementos do Executivo e um jornal transformou esta atitude num conluio com a CDU para que fizessem eles o trabalho sujo. Saliu que não faz trabalhos sujos, quem o faz é quem produz comunicação tendenciosa e falsa e, portanto, quem a alimenta com pagamentos só para benefício próprio. É de lamentar que quem conhece a verdade, não tenha tido a preocupação de a repor, na referida notícia é dito que a senhora Presidente deixou de ser incondescendente com a senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu. Referiu que esta parte da notícia, não desmentida pela senhora Presidente como deveria ter sido feito, tem que ser clarificada. Gostaria de saber em que situações é que antes de abandonar as suas funções, teve que ser tolerante para com a mesma, porque esta situação aponta certamente para leituras de incompetência na sua pessoa, para as quais não lhe reconhece competências para o fazer, se anteriormente foi condescendente para com a mesma, tal não se compagina com a insistência para que não renunciasse os pelouros. Frisou que a razão da colocação automática da resposta fora, para que não corressem riscos de ficar em situações por resolver, no seu entender esta situação é totalmente inexplicável, porque teve o cuidado nas primeiras semanas de encaminhar todos os e-mails que foi recebendo, bem como depois de ter renunciado aos pelouros houve uma situação, que a senhora Presidente solicitou esclarecimentos e respondeu-lhe como devia de ter sido feito. Mencionou que não confunde as pessoas com o interesse das instituições, independentemente de quem as dirige em determinado momento. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que na sequência dos vários alertas relativamente à questão da qualidade e quantidade da comida na cantina, o Município e a Direção da escola solicitaram uma reunião à Gertal, no sentido de que a empresa que fornece refeições fizesse um ponto de situação relativamente à qualidade e quantidade da comida, uma vez que havia reportes de falhas nos dois aspetos. Entretanto, o Município contratou uma prestação de serviços de uma Nutricionista, que está já em funções, para acompanhar as refeições nos vários estabelecimentos escolares. Frisou que estão a



aguardar a realização da reunião com a Gertal. De qualquer modo, têm vindo com a escola e com a Nutricionista contratada, a fazer um balanço semanal relativamente a esta questão. Salientou que estão a avaliar um conjunto de medidas adicionais, para fazerem o controlo da qualidade da comida. Referiu que há dificuldade no momento da administração das refeições, de haver alguma paz e que elas decorram com normalidade e, portanto, estão em conjunto com a escola a procurar algumas soluções. Mencionou que propôs várias vezes à Direção da escola, a possibilidade dos pais poderem ir tomar as refeições, a Direção da escola está a avaliar e, portanto, é uma forma de controlo, de vigilância e de perceção relativamente às quantidades e qualidade da comida, que pode ir sendo reportada e que dará margem para poderem junto da empresa reclamar a qualidade e quantidade que estão contratadas. Relativamente à Casa Museu dos Patudos, estão num processo de reformulação, quer do circuito de visita, quer das várias áreas do museu, há zonas que estão a sofrer pequenas intervenções, há outras que não estando a sofrer pequenas intervenções, estão a ser repensadas na forma como estão incluídas na visita e no circuito e como vão ser disponibilizadas ao público no futuro. Salientou que a sala Império, que tem a coleção de Leques é uma das salas que está efetivamente a ser repensada e, portanto, até terem definido essa questão, não iriam tê-la aberto ao público. Para além disso, estão a fazer um conjunto de outras alterações, que estão inclusivamente num processo de negociação com a secretaria de Estado da Cultura. Relativamente há limpeza dos algerozes que tem vindo a ser feita, a mesma foi suspensa porque nenhum dos trabalhadores tinha condições do ponto de vista da salvaguarda da segurança, para poder andar em altitude. Neste momento, um conjunto de trabalhadores já fizeram essa formação e estão a começar a ficar disponíveis para fazer os trabalhos em altitude. Relativamente há notícia sobre o e-mail, não comenta nem faz esclarecimentos de notícias nas quais não tem qualquer tipo de participação, os jornais em Portugal são livres de publicarem o que entendem, assumindo as responsabilidades do público. Frisou que os visados devem, junto desses jornais, tomar as providências que entendem como necessárias, oportunas e adequadas. Salientou que não tem rigorosamente nada a ver com as publicações que qualquer órgão de comunicação social faz, a não ser aquelas onde é visada ou para as quais presta algum esclarecimento. Relativamente ao que está escrito na notícia, é da inteira responsabilidade do jornalista que o escreveu e, no seu entender a senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu deve junto do órgão esclarecer ou fazer desmentidos, porque está na sua esfera de liberdade fazê-lo e, portanto, deve proceder em conformidade. -----

--- O senhor Vereador Jorge Freitas tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que em relação às azeitonas, a parte substancial do olival foi alvo de uma hasta pública, em 2023, é um contrato por 7 anos que está a ser explorado por uma empresa. Mencionou que as zonas de olival que estão fora



desse contrato e que não são tratadas, fez-se uma hasta pública, mas não houve nenhum interessado em recolher as azeitonas, porque foi um ano de azeitonas residuais. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 6 de novembro de 2024 - N.º 18/2024 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 6 de novembro de 2024 - N.º 18/2024 - Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade depois das alterações efetuadas. -----

--- **02: Ratificação - Ampliação da EB1 Professor Abel Avelino – Ratificação da Aprovação de Projeto.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este ponto é a ratificação de um despacho em relação ao projeto de execução para a ampliação da EB1 Professor Abel Avelino. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que são favoráveis a tudo o que acrescenta valor ao Município, a tudo o que for o melhor para os alunos. Lamentou que se gaste tanto dinheiro, mas mesmo assim as salas não iriam ser suficientes para o primeiro ciclo e, portanto, se aumentar o número de turmas já não poderá ficar todo o primeiro ciclo. Frisou que o espaço de recreio é muito diminuto, bem como o ginásio quando este projeto estiver completo, vai servir cerca de 700 alunos, o que também será complicado de gerir. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que estão a ser mais do que cautelosos relativamente à ampliação que iria fazer na escola, no passado não havia condições para albergar todo o primeiro ciclo. Hoje, a escola como está projetada esta ampliação vai ter condições para albergar todo o primeiro ciclo, de futuro tem que assentar em dados objetivos e têm descido o número de alunos a iniciarem o ciclo de aprendizagem e, portanto, eventualmente há que ser feito um esforço com a escola. Apesar da insistência do Executivo, ao longo dos últimos anos, no sentido que a escola seja organizada e as turmas sejam criadas em função da realidade de infraestruturas que dispõem. Salientou que o espaço do recreio é muito diminuto, mas iria ser alargado, o que está previsto é o que medeia entre a atual escola Abel Avelino, nomeadamente a cantina e o Pavilhão Professor António Miguel Jourdan, toda aquela área vai ser trabalhada e reconvertida em espaço de recreio. Relativamente ao ginásio, as crianças vão poder usar aquele ginásio e vão poder continuar a usar eventualmente o ginásio da escola José Relvas, se essa



situação for necessária. Considera que a ocupação do ginásio e a ocupação dos espaços deve ser criteriosamente definida de forma a que se tenha a possibilidade de usufruir dele. -----

--- **Ratificação:** A Ampliação da EB1 Professor Abel Avelino – Ratificação da Aprovação de Projeto, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **03: Deliberação - Proposta de aprovação da versão final do “Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos Ação Social Escolar para alunos que frequentem as escolas da rede pública do Concelho de Alpiarça”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este regulamento é a versão final, durante o período de consulta pública, que decorreu entre o dia 10 de setembro e o dia 21 de outubro do ano 2024, não foram apresentados quaisquer contributos/sugestões. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que na sua opinião o artigo 8º na alínea c), não faz sentido uma vez que refere que o agregado familiar, que exhibe sinais exteriores de riqueza não consonantes ou incongruentes com a declaração de rendimentos apresentada, fica excluído. Questionou quem iria determinar e qualificar quais são os sinais exteriores de riqueza. E o que são sinais exteriores de riqueza para excluir os candidatos. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que quem iria avaliar os sinais exteriores de riqueza era a autarquia, ou seja, não é preciso nenhum técnico, é simples de verificar. Mencionou que se um aluno chega num carro de alta cilindrada à escola, ou tem um telemóvel Iphone, ou um Ipad exhibe sinais exteriores de riqueza. Frisou que o Município determina que nestas situações devem ser valorados estes sinais, de forma a não atribuir auxílios escolares a essas famílias. Referiu que o Município atribui subsídios, mediante um conjunto de critérios que decorrem da lei e que são respeitados. Informou que os critérios que decorrem da lei, decorrem da manifestação por parte dos agregados familiares da sua declaração de rendimentos. Lamentavelmente há famílias, que têm um conjunto de rendimentos e de sinais evidentes de riqueza, que depois ocultam nas declarações de rendimentos que apresentam para para estes efeitos e para outros. Salientou que o Município tomará as decisões, em função daquilo que se ajusta e, portanto, as famílias têm sempre margem para vir reclamar e comprovar o que têm em sua posse. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que este artigo está intimamente relacionado com o artigo 6º, ou seja, estes apoios eram apenas tidos em conta o escalão e o que se passa a ter em conta é os recibos de vencimentos e os descontos. Mencionou que é feito uma



análise do rendimento de cada família mais pormenorizado que não era feito, ou seja, esse artigo complementa o outro. -----

--- Interveio a senhora Presidente, questionando a senhora Vereadora Fernanda Cardigo, se acha que este é um critério desajustado. Referiu que as famílias que evidenciam terem um nível de vida de conforto financeiro muito acima daquilo que é o expetável, precisam de benefícios sociais e devem receber a igualdade de circunstâncias com as famílias que efetivamente têm carência financeira. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, questionando quem é que lhe transmite os sinais exteriores de riqueza. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que quem iria verificar essas situações são os serviços do Município, até porque os sinais são evidentes a qualquer pessoa. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que o Estado Central não o consegue fazer, mas a Câmara Municipal de Alpiarça consegue. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de aprovação da versão final do “Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos Ação Social Escolar para alunos que frequentem as escolas da rede pública do Concelho de Alpiarça”, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **04: Ratificação: Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes - Proposta de Ratificação da Autorização da Prorrogação do Prazo Fixado para Apresentação das Propostas.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este ponto vem na sequência do projeto e do processo candidatado ao Programa 1.º Direito de reabilitação de prédios habitacionais, que são do Município. Salientou que quando colocou este projeto a concurso público, entenderam que dada a quantidade de habitações e a diversidade das habitações sujeitas a esta intervenção, havia a necessidade de prorrogar o período fixado para apresentação de propostas. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que este ponto, é uma prorrogação de prazo e, portanto, já manifestou a sua posição e já manifestaram as preocupações em relação ao mesmo. -----

--- **Ratificação:** A Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes - Proposta de Ratificação da Autorização da Prorrogação do Prazo Fixado para Apresentação das Propostas, foi aprovada por unanimidade. -----



--- **05: Ratificação: Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril, e Rua Queiroz Vaz Guedes - Ratificação - Aprovação de Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que no âmbito do concurso público foram solicitados alguns esclarecimentos e, portanto, foi feita a alteração das peças com base na verificação dessas incongruências. -----

--- **Ratificação:** A Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril, e Rua Queiroz Vaz Guedes - Ratificação - Aprovação de Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **06: Deliberação: Proposta de Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o mapa de pessoal proposto para o ano 2025, reflete a reorganização e realidade do Município proposta para o próximo ano. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que em relação ao mapa de pessoal, iriam abster-se como têm feito, esta é uma opção do Executivo que sabe o número de trabalhadores, que eventualmente necessitam. Frisou que desde 2020 até 2024, a Câmara Municipal tem mais 32 trabalhadores, no entanto, já ouviu a senhora Presidente dizer, várias vezes, que tem muitas necessidades de trabalhadores para os jardins e para as obras. Salientou que de 2020 para 2024, nos jardins e nas obras diminuiu em um trabalhador, ou seja, destes 32 trabalhadores a mais, mas menos um nos jardins e obras, gostaria que pudesse clarificar este assunto. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que têm mais de 32 trabalhadores e se calhar deveriam ter mais de 60 trabalhadores, porque o que encontraram em termos de quadro pessoal na autarquia, em 2021, era manifestamente desadequado às necessidades do Município, para darem resposta a um conjunto de desafios que hoje os municípios estão confrontados, desde a transferência de competências à organização dos trabalhos ainda por administração direta. Mencionou que a opção foi de facto, solidificar as estruturas do Município na área das obras, na educação, na saúde e na ação social, que foram áreas que passaram, em termos de transferência de competência,s para o Município. Informou que na área das obras tinham um deficit enorme de trabalhadores, quer dos mais qualificados, quer dos mais indiferenciados e, que hoje reflete uma realidade completamente diferente. Salientou que esta diminuição, não tem a ver com a diminuição efetiva de trabalhadores, tem a ver com a reorganização que fizeram, porque havia trabalhadores que estavam afetos a determinadas áreas e passaram a estar afetos a

outras,



independentemente de estarem a fazer o mesmo trabalho, ou trabalho semelhante, o que estavam era organicamente mal colocados. Referiu que houve uma reorganização, quer nos serviços que dão apoio administrativo, quer nos serviços que dão apoio mais técnico. Mencionou que têm um padrão de exigência relativamente àquilo que são as funções do próprio Município, que têm correspondência com a realidade, por outro lado, em termos de garantia nalguns serviços têm a capacidade de fazer aquilo que é expectável e, que está obrigatoriamente dentro das competências do Município. Informou que um conjunto de profissionais está a chegar ao final da sua carreira e, portanto, iriam pedir a sua aposentação e teriam, ou não, que ser substituídos consoante as necessidades. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025, foi aprovada por maioria com as abstenções das senhoras Vereadoras da CDU. -----

--- **07: Deliberação: Proposta de movimentação de contas tituladas pela Autarquia junto de diversas Instituições Bancárias.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que houve a necessidade de adaptar, em função da redistribuição de pelouros operada através de despacho, os titulares para procederem à movimentação de contas, que são tituladas pela Autarquia. Propõe-se que a Autarquia continue a obrigar, junto das entidades bancárias, pela oposição de duas assinaturas e que uma das assinaturas seja obrigatoriamente a da Tesoureira Municipal, Maria Fernanda Diogo Rodrigues Peixinho e das suas substitutas, neste caso Daniela Teixeira Batista e Lucília Maria Figueiredo Pisco Troca. A Tesoureira Municipal, Maria Fernanda Peixinho está em fase final da sua carreira profissional e, portanto, estão já a preparar futuramente duas pessoas, para assegurar a tesouraria e a outra para assegurar a sua substituição nas suas faltas. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que o documento é do dia 3 de outubro e que produz efeitos a 1 de novembro, mas devia ser a 1 de dezembro, porque só agora vem para aprovação. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que é uma proposta, a Presidente Câmara não tem autoridade para o fazer, ou seja, tem que trazer à reunião de Câmara, é a Câmara que tem autoridade para o fazer. Frisou que o que está proposto pelos serviços é que produz efeitos retroativos a este dia, aliás, tinha que acontecer logo na sequência da renúncia aos pelouros da senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de movimentação de contas tituladas pela Autarquia junto de diversas Instituições Bancárias, foi aprovada por unanimidade. -----



--- 08: Deliberação: Proposta de Autorização para Cancelamento/Extinção do Ónus constante da Certidão de Registo Predial - Lote 61 e 62 Zona Industrial. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a empresa que adquiriu estes lotes tem inscrito na certidão predial do prédio um ónus, que é uma condição que estabelece uma cláusula de reversão, que diz que a sociedade terá que concluir a obra e iniciar a atividade no prazo de 1 ano, a contar de 24 de outubro de 2000. Mencionou que a empresa vai pedir a extinção do ónus, uma vez que ele já não se justifica, o prazo está amplamente ultrapassado e dizia respeito à primeira aquisição. -----

--- Deliberação: A Proposta de Autorização para Cancelamento/Extinção do Ónus constante da Certidão de Registo Predial - Lote 61 e 62 Zona Industrial, foi aprovada por unanimidade. -----

--- 09: Deliberação: Proposta de Aprovação da Constituição e Participação do Município de Alpiarça na Associação de Municípios Portugueses do Cavalo e Aprovação dos Respetivos Estatutos. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que esta associação tem um conjunto de municípios que têm, por razões diversas, uma ligação aos cavalos, ou que têm reservas, ou que têm um conjunto de interesses que se coadunam com a perspetiva de terem uma associação e promova os cavalos. Salientou os municípios fundadores, Alpiarça, Alter do Chão, Golegã e Ponte de Lima, havendo numa outra fase a possibilidade de outros municípios se virem a associar, neste momento, o que têm presente são os respetivos estatutos para estabelecerem e criarem a Associação dos Municípios Portugueses do Cavalo. ---

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que são favoráveis, normalmente o movimento associativo também acresce sempre valor e, também é de salutar. -----

--- Deliberação: A Proposta de Aprovação da Constituição e Participação do Município de Alpiarça na Associação de Municípios Portugueses do Cavalo e Aprovação dos Respetivos Estatutos, foi aprovada por unanimidade. -----

--- 10: Deliberação: Proposta de Aprovação da Coordenadora Técnica - Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o Programa CLDS-5G tem um conjunto de formulações diferentes das anteriores e, o Município entendeu que deveria de avançar com uma candidatura ao CLDS-5G. Frisou que o que vem, neste momento, para a Câmara Municipal deliberar é a designação da Coordenadora do Projeto para desenvolver o projeto e, portanto, a proposta é que seja designado como Coordenadora Técnica do CLDS a trabalhadora, Vanessa Isabel Henriques Teodoro Nalha, Técnica Superior na área de Animação Cultural e Educação Comunitária. Salientou que entendem que a



trabalhadora, possui as características necessárias inerentes à coordenação deste projeto. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que tanto este ponto como o ponto seguinte, vieram para conhecimento, em 19 de setembro, à reunião de Câmara e, portanto, porque é que nessa altura não veio logo a proposta se a Câmara Municipal tinha que deliberar. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que nessa altura tinham a intenção de se candidatarem ao Programa CLDS, neste momento já têm o plano desenhado com a documentação. Mencionou que o plano já está submetido à espera da devida autorização e, portanto, houve um conjunto de alterações, e por isso, foi necessário fazer uma nova reunião do CLAS. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Aprovação da Coordenadora Técnica - Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **11: Deliberação: Proposta de Aprovação do Plano de Ação - Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G foi objeto de alterações que foram, entretanto, realizadas e que estão já aprovadas em CLAS. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Aprovação do Plano de Ação - Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5.ª Geração – CLDS-5G, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **12: Deliberação: Proposta de Taxa de Derrama ano de 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a proposta mantém os valores que estavam anteriormente fixados para o ano 2024. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que esta proposta é idêntica a todas as outras que têm vindo, desde o mandato anterior, pelo que iriam votar a favor. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Taxa de Derrama ano de 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **13: Deliberação: Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem ano de 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que esta proposta também mantém a aprovação da taxa neste caso, a taxa de 0,25%, exatamente nos mesmos termos que tinham deliberado em 2024. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem ano de 2025, foi aprovada por unanimidade. -----



--- **14: Deliberação: Proposta de Percentagem da Participação Variável no IRS ano de 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que esta proposta mantém a mesma percentagem de participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Alpiarça. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Percentagem da Participação Variável no IRS ano de 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **15: Deliberação: Proposta de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2024 a liquidar em 2025 - D.L nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a redação atualizada.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que esta proposta tem uma alteração em relação ao que estava em vigor, na sequência do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, o Município tem vindo procurar enquadrar uma diminuição na taxa do IMI. Informou que a proposta para o ano 2024, a liquidar em 2025 é de 0,37% para os prédios urbanos e mantém-se a taxa para os prédios rústicos de 0,8%. Referiu que o número de dependentes e a dedução fixa mantêm-se exatamente com os mesmos montantes e relativamente ao mesmo número de dependentes dos agregados. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que iriam votar a favor desta proposta, que apresenta efetivamente uma descida. -----

--- **Deliberação:** A Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2024 a liquidar em 2025 - D.L nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a redação atualizada, foi aprovada por unanimidade. ----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Interveio o senhor munícipe Vítor Coutinho, começando por referir que a vinha junto à Vala Real não foi vindimada. Salientou que no Alto Castelo está tudo ao abandono, inclusive dois pivôs de rega, que foram pagos por subsídios. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que na sequência da intervenção que o senhor munícipe Vítor Coutinho fez, na reunião do dia 18 de julho, relativamente à Caixa Geral de Depósitos já obtiveram uma resposta e iriam fazer-lhe chegar a mesma por escrito. Relativamente ao Alto Castelo, os pivôs são do anterior arrendatário, não são do Município e não foram retirados por opção do próprio, porque para além das outras hastas públicas, das terras que foram colocadas em hasta pública, aquela também foi e houve várias propostas. Na altura, o arrendatário que tinha a terra reclamou, relativamente ao facto de ter os pivôs, de ter tempo para os tirar e de ter furos que estavam registados em seu nome e, que



relativamente aos quais queria que houvesse uma compensação e, portanto, o candidato que veio à hasta pública e que ofereceu maior valor, perdeu o interesse na propriedade, uma vez que não podia utilizar os furos havendo esta divergência. Neste momento, estão a elaborar uma hasta pública que levará a concurso novamente aquela terra, esta não foi explorada, nem o arrendatário retirou os equipamentos que lá tinha por sua iniciativa e, portanto, estão a preparar uma nova hasta pública exatamente para que aquela terra possa ser cultivada. Relativamente à vinha, tal como no caso das oliveiras, as vinhas também foram um objeto de hasta pública e foram entregues a empresas para explorarem e, portanto, só têm obrigação com o Município de pagar a renda. Referiu que tem havido uma produção relativamente grande e o mercado está muito saturado de vinho. Eventualmente, haverá situações em que os vitivinicultores optam por não vindimar, uma vez que não têm depois capacidade para armazenar o vinho, mas não sabe o que motivou a empresa, que tem a exploração da vinha, a não vindimar. -----

--- Interveio a senhora munícipe Maria de Lurdes, começando por questionar se está contemplado, ou se iriam contemplar, passadeiras, considera que não sente segurança pública ou segurança para os peões. Enviou um e-mail ao senhor Vereador a 18 de setembro de 2023, responderam-lhe, mas até agora ainda não viu qualquer movimento nesse sentido. Gostaria de saber se iriam fazer esses melhoramentos, inclusivamente com a sinalização da passadeira no cruzamento da Junta de Freguesia para a escola. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que relativamente à questão da Segurança Rodoviária, reuniu o Conselho Municipal de Segurança e tiveram um conjunto de propostas, logo praticamente no início do mandato, para se contemplarem um conjunto de situações, que não estavam devidamente contempladas, designadamente a segurança à entrada das escolas com o assinalar do traçado na estrada, colocar zonas vermelhas para haver redução de velocidade, etc. Frisou que fizeram um levantamento exaustivo, quer da sinalização, quer da necessidade de colocarem passadeiras em várias áreas e de avivarem as passadeiras que já existem. Salientou que fizeram a aquisição de lombas, que serão colocadas no terreno pelas equipas. A breve trecho fariam o avivamento das passadeiras, a reavaliação da sua colocação e de um conjunto de lombas que está previsto colocar. -----

--- Interveio a senhora munícipe Isabel Bernardo, começando por referir que vive em frente à Igreja, onde o passeio existente é muito estreito e já enviou dois e-mails para as Infraestruturas de Portugal, no sentido de tentarem solucionar o problema do excesso de velocidade, que ocorre com muita frequência no centro da Vila, mas até hoje a situação não foi resolvida. Gostaria de saber se esta situação é da responsabilidade só das Infraestruturas de Portugal, ou da Câmara Municipal. Mencionou que a largura do passeio em frente à sua casa, ou seja, entre a porta da rua e a Estrada Nacional não está conforme a legislação, porque é muito estreita e muito perigosa. Referiu quando se mudou para Alpiarça, enviou um e-mail no sentido de



colocarem uma proteção em frente a sua porta, mas não obteve resposta. Mencionou que o terreno que está ao lado da sua casa, onde estacionam os carros, tem um muro paralelo à sua casa, num estado muito degradado. Gostaria de saber quem é o proprietário daquele terreno, para chegar a um acordo com o mesmo e para o muro ser efetivamente recuperado. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que toda a sinalização semafórica é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Frisou que solicitaram a passagem dessa responsabilidade dos semáforos para o Município porque, muitas vezes, quando acontece alguns acidentes que já deitaram abaixo alguns semáforos, acaba por ser o Município que tem que fazer esse esforço, porque senão eles nunca mais são substituídos. Salientou que já levantaram várias vezes a questão relativamente à velocidade, sobretudo para permitir que, para além dos dois semáforos que fazem controlo de velocidade, os outros também pudessem passar a fazer e, portanto, isto tem sido objeto de reuniões, tem sido objeto de e-mails, tem sido objeto de insistências e até agora, ainda não tiveram uma resposta efetiva. A mesma situação se passa com a colocação de baias ou de estruturas de proteção ao longo da Estrada Nacional, esta Estrada Nacional está desclassificada de qualquer maneira, enquanto não há alternativa, ela é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e, portanto, ela passará a ser uma responsabilidade da Autarquia, a partir do momento em que haja uma alternativa. De qualquer forma, eu reforçarei esta necessidade e depois também lhe daremos conta de alguma resposta que, entretanto, surja em relação à proteção. Mencionou que não têm autorização das Infraestruturas de Portugal para colocar a proteção, mas deve ir ser colocada pelo Município. Em relação ao terreno é propriedade da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e, portanto, deve junto da própria Caixa de Crédito Agrícola Mútuo fazer essa diligência e solicitar que seja analisado o estado do muro. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 10h58m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes



A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

